

COMUNS – A PERCEPÇÃO FEMINISTA SOBRE A LUTA DE CLASSES

COMMONS – THE FEMINIST PERCEPTION ON CLASS STRUGGLER

Cicera Pinheiro Batista¹

<https://orcid.org/0000-0003-2615-1803>

Luciana Lima Garcia²

<https://orcid.org/0000-0002-6373-6758>.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.

De tradição marxista, Silvia Federici é uma intelectual feminista que se destaca como militante, por suas obras nas quais discute problemas interrelacionados desde o surgimento do capitalismo, tais como políticas globais de ajustes fiscais, precariedade do trabalho e processo de subalternização das mulheres, dentre outros. Tendo em vista o avanço do sistema econômico neoliberal, Federici analisa a letalidade da expropriação contra as experiências comunais sob a condução do capital, assim como as crises oriundas dos regimes de produção e consumo na Modernidade. Dentre seus escritos estão *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019) e *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e Feminismo* (2021).

O presente texto analisa brevemente o seu mais recente livro *Reencantando o mundo: Feminismo e a política dos comuns* (2022), no qual a autora se vale de algumas categorias marxistas a fim de compreender a relação de coletividade versus estratégias de acumulação do capital na nossa contemporaneidade. No centro dessa relação, Federici destaca o papel das mulheres na constituição diária do trabalho não remunerado realçando o que caracteriza a construção da

1 Cícera Pinheiro Batista. Pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa Eco-parcerias para um futuro comum, incorporado ao grupo de pesquisa Marginália. Doutoranda e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN). Licenciada em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), licenciada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), especialista em Gestão Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Natalense (IESN). E-mail: cicerapinheirobatista.patricia@gmail.com.

2 Luciana Lima Garcia. Pesquisadora vinculada ao Projeto Temático “Pluralismo Religioso e Diversidades no Brasil Pós-Constituinte (2021/2026)”, inserido no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (PPGCS/Unicamp). Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN). Bacharela em Comunicação Social pela UFRN. E-mail: l295808@dac.unicamp.br.

mulher enquanto sujeito produtivo e da reprodução, considerando o ponto de vista sócio-histórico. Assim, ela desenha um cenário político e econômico fundado na lógica da propriedade privada, tal como já fizera ao tratar de estratégias para a superação das crises vigentes do sistema capitalista. A partir disso, busca compreender essas estratégias como perspectivas alternativas que podem desencadear novas práticas comunais, ecológicas e sociais.

Dentre as categorias marxistas reinterpretadas por Federici, luta de classes é o suporte analítico a partir do qual a autora alinha um conjunto de episódios interdependentes e responsáveis por conduzir os atores sociais a diferentes noções do comum. Embora as produções de comuns façam parte de um único mundo comum, será necessário, segundo Federici, reorganizar essa ideia há muito obscurecida pela concepção neoliberal e estatal. Contrária a essa percepção, o reencantamento significa, dentre outras coisas, transformar relações, lutar, ter atitudes capazes de revolucionar a maneira de pensar o comum, mas também desenvolver políticas que construam economias de solidariedade. Para tanto, apresenta como exemplo a participação das mulheres latino-americanas, africanas, asiáticas e europeias que produzem cotidianamente o trabalho comunitário.

O livro objeto desta resenha é composto de duas partes que conversam entre si. A primeira, intitulada “Os novos cercamentos”, traz quatro ensaios a mapear, de certa forma, os processos de financeirização sob as políticas de ajustes fiscais globais enquanto ferramenta de exploração da dívida externa em países ditos “subdesenvolvidos”. Trata-se de uma discussão acerca das relações desiguais de poder estabelecidas entre o Norte e o Sul global mediante estratégias neoliberais de acumulação de capital. Estratégias estas advindas dos programas de organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), como formas de “novos cercamentos” que seguem uma linha evolutiva progredindo a partir da década de 1970.

Dialogando com autoras como Maria Mies e Mariarosa Dalla Costa, dentre outras, que discutem os efeitos da política moderna nos países endividados, Federici coloca no centro da problemática a situação das mulheres nas relações econômicas, da mesma forma que no cenário reprodutivo. A questão é como tais processos desestabilizam o “corpo social”, ademais, quais as implicações disto na interpretação que fazemos sobre a acumulação primitiva em meio às novas formas de cercamento. Desse ponto de vista, a autora argumenta que para compreender tal dinâmica é preciso considerar a perspectiva de todos os alvos no processo de sítio no decorrer da história, como os escravizados, os colonizados e os povos indígenas. Essa premissa contraria a ideia de Marx de que a acumulação primitiva seria compreendida apenas do ponto de vista dos trabalhadores.

Federici reelabora alguns conceitos importantes ao analisar que, na concepção histórica, as mulheres têm sido submetidas a inúmeras formas de controle dos seus corpos. Além de algumas categorias de Marx, também lança mão do conceito de biopolítica com que Foucault analisou as formas de poder surgidas na Europa do século XVIII, e que servem para pensar controvérsias atuais, assim como o Estado que mantém controle sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres ao criminalizar o aborto, favorecendo um sistema que as expropria (Federici, 2022). Partindo desse princípio, a autora vai de encontro às perspectivas neoliberais que se impõem sob novas roupagens ou capturando meios de controle utilizados no passado. Em outras palavras,

trata-se de formas de desarticulação das lutas pelo bem-estar social, ou seja, uma fragmentação que esvazia as possibilidades de desenvolver a subsistência dos coletivos, relegando-os ao exílio.

Contra as formas de cercamento e a favor da política dos comuns, Federici argumenta que na nossa contemporaneidade o planeta tenta combater a estruturação fiscal por meio da atuação conjunta de homens e de mulheres. Também conta com atuação proletária, estudantil e ativista a fim de combater a repressão em diferentes regiões do mundo. Isso indica uma luta por sobrevivência, e não apenas contra o empobrecimento dos(as) trabalhadores(as). Com essa interpretação, ela transporta a luta de classes do referencial abstrato moderno às necessidades concretas de sobreviver aos desastres perpetrados pelo sistema de *microcrédito* e *macrodívidas* em voga.

A segunda parte do livro em análise é denominada “Sobre os comuns”, composta de sete ensaios com subtítulos que resumem bem as seções. Aqui, Federici, apesar de não apresentar como conclusiva a ideia de comum, nos indica um panorama das relações comunais. No entanto, aproxima o comum e a comunidade como sendo dois conceitos associados à concepção comunitária dos processos sócio-históricos, políticos, econômicos e ecológicos, no sentido de que é preciso compartilhar princípios, ideias, pontos de vista e práticas que determinem certas produções de subjetividades coletivas. O que a autora explica a partir de dois fatos importantes: a “ordem de parentesco” e “a propriedade comum do solo”. Segundo ela, o começo natural que explica a organização primitiva dos povos.

A forma de organização conservada na imaginação e nas atividades sociais cotidianas em algumas comunidades atuais contradiz a noção de posse privada sobre o território. Numa luta permanente contra o cercamento, as mulheres indígenas, por exemplo, mantiveram práticas coletivas e vivenciam até hoje experiências comunitárias a partir da cura, dos rituais, da relação com a terra e com os animais. Federici mostra que, com a colonização, os papéis das mulheres indígenas foram subvertidos sob a mesma lógica que transformou o viver em colônia numa ameaça autoritária do mercado. Neste ínterim, essa seria uma das razões que nos motiva a reinventar os comuns numa perspectiva anticapitalista.

Do ponto de vista histórico, podemos entender que a história é o comum de todos os povos e, portanto, nossa memória coletiva, uma vez que compartilhamos acontecimentos ao mesmo tempo que múltiplos eventos vistos sob prismas diferentes transcorrem como processos. Isso implica, dentre outras coisas, entender que a existência de todos os seres se organiza há milhares de anos conforme uma base comunal. Federici problematiza que, considerando os projetos globais fracassados, bem como as formas sociais incapazes de resistir às crises, devemos pensar em alternativas políticas e econômicas se quisermos sobreviver ao neoliberalismo neoextrativista.

Se a acumulação primitiva é a estratégia da qual a classe capitalista se vale para, em momentos de crise, conter o proletário expropriando-o, não podemos perder de vista a “imaginação utópica/radical”. Pois é a imaginação utópica que proporciona promover movimentos reivindicatórios de base popular contrários aos comuns “fechados”, cooptados pelo Estado ou comuns produtores de *commodities*. Diferente disso, o comum forjado na luta de classes reverbera na transformação das formas de produção que se contrapõem à hegemonia do mercado internacional.

Federici enxerga que os comuns são múltiplos e, sendo assim, apresentam-se em diferentes formas. Esse ponto de vista leva a compreender os comuns como relações sociais cuja

possibilidade de se tornarem vulneráveis aos cercamentos existe sob a ameaça dos “comuns globais”. No entanto, o interesse comercial opera como estimulador à população humana a pensar numa “herança humana” global, como se fosse possível proporcionar experiências heterogêneas e, ao mesmo tempo, cooperadas a partir da privatização massiva dos bens como a água, as flores-tas etc. Ademais, políticas restritivas, ao longo do tempo, têm privado as mulheres de direitos originais concedidos em função de parentesco ou de pertencimento ao clã para alguns povos.

A discussão no livro em questão busca responder: como abolir as hierarquias e as desigualdades sociais por meio da participação coletiva com apropriação da riqueza que os seres humanos já produzem? Além de apresentar a diversidade dos comuns e das formas de cercamento ressaltando a atuação das mulheres, Federici observa como um comum pode por vezes se apoderar de um espaço físico ou de uma ideia, transformando-os em novos comuns totalmente separados da noção de comunidade. Dito de outro modo, submetendo um coletivo às formas de cercamento sob a máscara do comum. A autora mostra que tal subversão do conceito impede uma problematização séria acerca das propostas do mercado em países da África, da Ásia e da América Latina.

O livro traz uma reflexão necessária sobre as formas neoliberais de apropriação de bens como a terra e, em contrapartida, mostra como essa dinâmica é percebida e combatida pelas mulheres. Por ocasião das privatizações e da masculinização da terra, as mulheres tentam amenizar as crises comunais em todos os continentes. Trata-se de uma luta diária contra o neoextrativismo que desencadeia múltiplas violências em seus territórios e corpos.

A fim de manter o controle sobre os países ditos de “terceiro mundo”, órgãos internacionais têm se articulado para a implantação de projetos agroecológicos e agroflorestais que em nada amenizam as disparidades nas regiões onde a água e o alimento são escassos. Em contrapartida, Federici argumenta que estes projetos e a forma como adentram os espaços comunais elevam as desigualdades sociais, dado que transformam as relações com o trabalho deixando-o dependente da autorização do Estado. O que antes eram atividades baseadas na prática da subsistência, que muitos coletivos conciliavam com o trabalho doméstico, agora passa a fazer parte da lógica mecanicista do mercado.

Quais reflexões podemos fazer a partir deste livro? A princípio, não será possível incorporar o comum se não estivermos abertos a descortinar alternativas originadas nas práticas comunitárias. Depois, os comuns são construídos continuamente; tanto na forma lacrada que conserva um ponto de vista capitalista, e, portanto, instituído pelo Estado, quanto no que se caracteriza pela solidariedade comunal. Este último está estreitamente associado à noção de comunidade no sentido primário.

A obra traz considerações importantes sobre questões atuais atreladas a uma discussão ampla acerca do bem comum – tema que envolve movimentos de mulheres, pareceres jurídicos, relações socioambientais, políticas e econômicas, territórios, imigração e todas as implicações que os interesses de mercado trazem à vida comunitária. Para bem entender esse entrelaçamento, a autora recupera a trajetória histórica do sistema capitalista abordando fatores que o impulsionam a sair das crises que advêm, pontuando as circunstâncias que fazem esse sistema sobressair às crises com novas formas de expropriação.

Federici nos convoca a refletir a respeito das contradições da economia global sob o viés não global, ou seja, anticapitalista feminista. Para tanto, *refundamenta* as categorias de Marx, sobretudo no que diz respeito aos métodos com que o capitalismo opera. Ela não deixa de se debruçar sobre os limites das análises de Marx, relativas às transformações socioeconômicas. Procura mostrar a ótica não instrumental da relação homem/natureza, por entender que no processo de construção da força de trabalho, por exemplo, uma diversidade de sujeitos é acionada. Isto posto, trata-se de uma crítica à tradição cuja concepção é de que, para haver emancipação humana, deve haver capitalismo como estágio necessário. Para a autora, não é possível ignorar o trabalho doméstico no processo de acumulação do capital.

(Recebido para publicação em 23 de agosto de 2024)

(Reapresentado em 30 de novembro de 2024)

(Aprovado para publicação em 15 de fevereiro de 2025)

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: críticas feministas ao marxismo. São Paulo: Boitempo, 2021.